

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.324 - AL (2017/0288073-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**
RECORRENTE : **SILVANA DE ALMEIDA ABREU**
ADVOGADOS : **FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL - AL004690**
 FÁBIO BARBOSA MACIEL - AL007147
 DIOGO HAMUL DE MELO MARINHO - AL009635
RECORRIDO : **ESTADO DE ALAGOAS**
PROCURADOR : **MARCOS VIEIRA SAVALL E OUTRO(S) - AL012637B**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Antiógenes Marques de Lira e outra, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Alagoas assim ementado (e-STJ, fl. 158):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DO PRECATÓRIO NO o PROCESSO DE CONHECIMENTO. DECISÃO FUNDADA NO ART. 100 DA CF, ART. 730 DO CPC, PROVIMENTO Nº 12/2012 DA CGJ/AL, E RESOLUÇÃO 115 (13 DO CNJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Pretendem os Agravantes a reforma da decisão Monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto, em virtude da impossibilidade de formação do precatório na forma como pretendida.

2. Menção à prescrição como matéria já analisada em decisão do magistrado de piso.

Insuscetível de nova análise, posto que, apesar de ser de ordem pública, resta alcançada pela preclusão.

3. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 184-190).

Os recorrentes sustentam a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

Asseveram que a decisão colegiada foi omissa em apreciar a tese de não aplicabilidade do art. 730 do CPC/1973 ao caso, por já terem sido homologados os valores apresentados pela Fazenda Pública, inclusive, com sua concordância.

No mérito, alegam ofensa art. 730 do CPC/1973, sob os seguintes argumentos:

Há entendimento de se considerar primeiramente que o magistrado de piso possui entendimento de que o pleito de execução da sentença neste processo

Superior Tribunal de Justiça

específico (Proc. 001.98.012332-2) estaria totalmente prescrito já que a sentença de mérito na fase de conhecimento transitou em julgado no dia 14 de setembro de 1998, e que os recorrentes tinham somente 05 (cinco) anos para executarem a sentença, em observância ao Decreto-Lei 20.910/32, à Súmula 150 do STF e à Jurisprudência do STJ.

Observando-se, então, através desta ótica prescricional para o pleito executório da sentença, não poderia a parte recorrente ajuizar a mencionada execução judicial contra a Fazenda Pública no caso específico para a requisição futura do precatório, em observância ao art.730 do CPC e ao art.100 da CF/88, como expôs a decisão do juízo de primeiro grau e o acórdão impugnado.

Portanto, com esta situação acima denominada que se apresenta como óbice aos recorrentes, deve-se recorrer a uma outra forma de analisar e visualizar a situação para a requisição e formação do respectivo precatório, ou seja, de que o direito de receber os créditos dos recorrentes ainda não decaiu e que por esta razão poderão escolher um outro caminho para a requisição e formação de seus precatórios.

[...]

O outro instrumento para a requisição e formação dos precatórios dos recorrentes se dará através da liquidação da sentença já transitada em julgado em desfavor da Fazenda Pública Estadual, como exatamente ocorreu no caso em tela.

No caso vertente e do que consta dos autos originários, vê-se duas ordens de manifestações levadas a efeito pelo Estado de Alagoas através de sua Procuradoria.

Confira-se:

"Primeiramente, requer a juntada das informações em anexo, os quais atestam a inexistência de pagamento de créditos nos termos da Lei nº 6.410/2003 em nome dos servidores Antiógenes Marques de Lira e Silvana de Almeida Abreu. Ademais, no que diz respeito à planilha de cálculo dos créditos dos mesmo, requer o Estado de Alagoas a dilação do prazo concedido por mais 20 (vinte) dias, em virtude da dependência das informações de outro órgão, o Ministério Público Estadual, com supedâneo para tal estimativa", (fl. 87)

Mais adiante, em nova manifestação, o Estado de Alagoas lançou requerimento no seguinte sentido:

"O Estado de Alagoas, por conduto e sua procuradora signatária, vem, perante Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista despacho exarado por este MM. Juízo, requerer a juntada da planilha de cálculo dos respectivos exequentes".

Por conseqüência, o ente estatal acostou ao processo duas planilhas dos créditos pertencentes aos recorrentes, tendo estes concordado com os valores dos mencionados créditos e requerido a homologação das contas de liquidação e a formação do respectivo precatório.

[...]

Desta feita, se existe um suposto óbice prescricional para a execução da

sentença conforme entendimento do juízo a quo, porém, não existe decadência do direito dos recorrentes ao recebimento dos créditos devidos pela Fazenda Pública Estadual e se esta mesma Fazenda Pública reconhece este direito e os valores originados por este direito, sem dúvida alguma, poderá a parte agravante exigir este direito para a requisição e formação de seus precatórios através da simples homologação dos cálculos apresentados pelo Estado de Alagoas.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 293-299.

É o relatório.

A tese defendida pelos recorrentes é a de que o art. 730 do CPC/1973 teria sido violado, pois, não obstante a declaração da prescrição da pretensão executória, o Estado recorrido apresentou planilha de cálculos no processo de conhecimento que supostamente teriam sido homologados.

Desse modo, não seria necessário o ajuizamento de execução contra a Fazenda Pública em cumprimento ao rito do art. 730 do CPC/1973, bastando a expedição de precatório com base nos cálculos apresentados nos próprios autos do processo de conhecimento com decisão transitada em julgado.

Não se observa da situação narrada qualquer ofensa ao dispositivo de lei federal mencionado, considerando ser assente na jurisprudência desta Corte a necessidade de observância do rito de Execução Contra a Fazenda Pública para a expedição de precatório ou RPV.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. REPARAÇÃO ECONÔMICA. ANISTIA DE MILITAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PORTARIA ANISTIADORA, ENQUANTO NÃO CASSADA OU REVOGADA. CONCESSÃO INTEGRAL DA SEGURANÇA. SOBRESTAMENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO JURÍDICO.

1. As portarias que concederam anistia política e ainda estão vigentes, muito embora pendente procedimento para sua eventual revisão, conferem ao anistiado direito líquido e certo.
2. Havendo recursos orçamentários disponíveis, deve-se providenciar o pronto pagamento do crédito ou, se assim não for possível, mediante o regular processo de execução contra a Fazenda Pública, com a expedição de precatório, nos termos do art. 730 do CPC.
3. Não há fundamento jurídico para o sobrestamento do feito, observando-se apenas que a expedição e a execução do precatório pelo qual se dará o pagamento dos efeitos financeiros retroativos reconhecidos nos presentes autos como devidos ficarão suspensas caso a portaria que concedeu a respectiva anistia venha a ser anulada (Questão de Ordem no MS 15.706/DF).
4. São exigíveis na via mandamental os consectários legais (juros e correção monetária) incidentes sobre o valor nominal previsto da Portaria de concessão da anistia. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

5. Agravo interno da União não provido.

(AgInt no MS 23.163/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/6/2019, DJe 18/6/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. ORDEM DE SEQUESTRO EM DESFAVOR DO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A execução, contra a Fazenda Pública, de obrigação de pagar quantia está sujeita a rito próprio (CPC, art. 730 do CPC e CF, art.

100 da CF), que não prevê, salvo excepcionalmente (v.g., desrespeito à ordem de pagamento dos precatórios judiciais), a possibilidade de expropriação mediante bloqueio ou sequestro de dinheiro ou de qualquer outro bem público, que são impenhoráveis (REsp. 890.215/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 22.3.2007).

2. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.440.666/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 4/2/2019)

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO PEDIDO. FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. ESPERA INDEFINIDA. PAGAMENTO VIA PRECATÓRIO OU RPV. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Na hipótese dos autos, o entendimento do Sodalício a quo está em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que, caso inexista disponibilidade orçamentária para o imediato atendimento da ordem, o pagamento deverá ser efetuado por meio de regular processo de execução contra a Fazenda Pública, com a expedição de precatório ou, em analogia, RPV (art. 730 do CPC).

Portanto, está presente o interesse de agir.

2. Não se conhece de Recurso Especial quanto a matéria não especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.730.974/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 2/8/2018)

Ademais, diante do delineamento fático estabelecido no acórdão recorrido, não há como se precisar se os cálculos apresentados pelo ente público implicaram o reconhecimento do direito dos recorrentes, o que poderia, em tese, caracterizar hipótese de execução invertida e de renúncia à prescrição.

Vale ressaltar que tais temas não foram objeto do recurso, tampouco foram prequestionados pela Corte de origem. Portanto, não poderiam ser conhecido nessa instância especial, em face do óbice da Súmula 282/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

